

**CONTRIBUTO
PARA UMA REFLEXÃO
SOBRE O ESTADO NOVO
E O 25 DE ABRIL DE 1974**

UMA CURTA VIAGEM AO REGIME ANTERIOR AO 25 DE ABRIL DE 1974

No dia de 28 de Maio de 1926, foi desferido um golpe de Estado de cariz fascista, protagonizado por militares e civis, que resultou na queda da Primeira República Portuguesa e na instauração da Segunda República, transformada, após a aprovação da Constituição de 1933, em Estado Novo, regime que vigorou em Portugal até à Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974.

Comandado pelo General Gomes da Costa, este golpe de Estado começou em Braga, sendo seguido de imediato noutras cidades, como Porto, Lisboa, Évora, Coimbra e Santarém.

Uma vez consumado o triunfo deste Golpe de Estado, a 6 de Junho de 1926, Gomes da Costa desfila na Av. da Liberdade, em Lisboa, à frente de cerca de 13 mil pessoas, sendo aclamado pelo povo da capital.

Estava assim instaurado em Portugal um regime fascista que só terminaria no dia 25 de Abril de 1974.

A Ditadura Militar que resultou deste Golpe de Estado suprimiu todas as liberdades democráticas, incluindo as liberdades de reunião, de expressão e de imprensa, estabeleceu a censura aos jornais, livros, Programas de Ensino e toda a espécie de espetáculos, nomeadamente às artes, ao cinema, ao teatro, aos espetáculos musicais, etc., etc. Todas as liberdades foram suprimidas.

A censura prévia vigorou durante todo o período do Estado Novo, sendo abolida apenas com o 25 de Abril de 1974. Marcello Caetano prometeu mudar este instrumento tenebroso do Estado Novo, mas, na verdade, só lhe mudou o nome, passando a chamar-lhe “exame prévio”. De facto, tudo continuou na mesma. Com um ou outro nome, esta intervenção prévia (antes da publicação) impedia os órgãos de comunicação social de divulgarem notícias ou comentários julgados

impróprios pelo regime, que, desde cedo criou os seus meios de verificação e controle.

Os censores utilizavam o célebre lápis-azul para cortar o que não queriam ver divulgado e coube a muitos jornalistas tornear, com imaginação, este impedimento.

Os jornais desportivos e os clubes ligados ao desporto também não escaparam à tortura e ao flagelo da censura. Três jogadores de futebol do Belenenses que integravam a Seleção, num determinado jogo com a Seleção Espanhola recusaram-se a fazer a saudação que habitualmente e de forma obrigatória era feita no início de qualquer jogo, saudação essa que era uma imitação da saudação nazi.

Ou seja, estes três jogadores, em vez de fazerem a saudação com a mão aberta (à boa maneira nazi) fizeram-na de punho cerrado e um deles não fez qualquer saudação. Em consequência desse gesto corajoso e honroso foram presos e os jornais proibidos de divulgar essa foto.

Por outro lado, o Hino inicial do Benfica foi proibido porque tinha no seu texto uma passagem que dizia qualquer coisa como “Avante Benfica, Avante”. Mas como havia já o Jornal Avante enquanto órgão oficial do Partido Comunista Português (PCP), o texto foi proibido.

Por outro lado, as rádios e os jornais desportivos, foram também proibidos de se referirem à Equipa do Benfica como a “**Equipa Vermelha**”. A designação de Vermelha resultava do facto de a Equipa do Benfica usar calção branco e camisola vermelha. Mas na segunda metade da década de 1930, decorreu a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), que opôs as forças revolucionárias (as quais eram integradas pelo Partido Comunista Espanhol), às forças fascistas lideradas pelo facínora e sanguinário General Franco, tão do agrado de Salazar. Ora, as forças que se opunham ao fascista General Franco, em particular os Comunistas, eram chamadas de “rojas”, ou seja, “vermelhas” em português. Por esse facto, a Censura atuou em Portugal ao nível da terminologia desportiva, dando indicação à Comunicação Social para substituir o tradicional termo “vermelhos” por “encarnados”, sempre que se quisessem referir à Equipa, jogadores e adeptos do SL Benfica, evitando assim as

conotações com o lado comunista que combatia em Espanha. A imprensa desportiva seguiu à risca essa indicação e em 1938 a designação “encarnados” substituiu definitivamente o termo “vermelhos”, que deixou de aparecer na imprensa desportiva como sinónimo dos benfiquistas. O futebol, enquanto dominador da narrativa desportiva popular e jornalística, acabou por ser o desporto mais censurado em Portugal, a exemplo do que sucederia em Espanha, após a instauração da Censura por parte do regime franquista.

Importa referir a este propósito a luta heroica do povo de Cambedo da Raia, uma aldeia raiana, localizada a cerca de 18Km da cidade de Chaves, freguesia de Vilarelho da Raia. Esta aldeia transmontana acolheu, entre 1936 e 1946, inúmeros guerrilheiros ou exilados políticos espanhóis, antifascistas e antifranquistas que ali procuravam refúgio. Esta aldeia chegou mesmo a ser cercada pela PIDE e pelo Exército Português, tendo então travado uma heroica batalha contra as autoridades luso-espanholas que, de facto, neste caso lutavam lado a lado contra as forças revolucionárias que se opunham à implantação do regime fascista em Espanha. Salazar e os seus acólitos eram, efetivamente, fiéis apoiantes do sanguinário general Franco.

Os cidadãos que tinham ideias diferentes e se opunham ao regime fascista eram perseguidos pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), eram presos e torturados nas prisões, ou então, para não serem presos e torturados, tinham que pedir asilo político noutros países onde havia democracia e liberdade. Estas perseguições, prisões e torturas só terminariam com a Revolução dos Cravos, no dia 25 de Abril de 1974.

A função da polícia política (a PIDE) era perseguir, prender, interrogar e torturar qualquer individuo que fosse visto como inimigo da ditadura de Salazar e, mais tarde, de Marcelo Caetano.

Muitos opositores do regime fascista foram torturados nas prisões até à morte. Só no presídio do Forte do Tarrafal, em Cabo Verde, morreram 32 presos políticos depois de torturados pela PIDE. Isto diz bem da brutalidade do regime fascista que reinou em Portugal durante 48 anos e só terminou no dia 25 de Abril de 1974.

OS EFEITOS PERVERSOS DA CENSURA DURANTE O REGIME FASCISTA DE OLIVEIRA SALAZAR E MARCELO CAETANO

Adaptado a partir de um trabalho
de Francisco Pinheiro, da
Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

O ano de 1926 seria de mudança política em Portugal, com implicações diretas no desporto e no meio jornalístico. Chegou ao fim, de forma ingloria, a I República (chamada de “Nova República Velha”), substituída por um golpe militar em 28 de maio de 1926 que impôs uma indefinida Ditadura Militar, a qual se transformaria numa ditadura civil (batizada de Estado Novo) com a chegada ao poder de António de Oliveira Salazar, em 1932. Assim, 1926 e os anos seguintes seriam tempos de instabilidade e indefinição política, em que primou a ausência de uma perspetiva estratégica, com a sociedade portuguesa a afundar-se, uma vez mais, num pântano de incertezas e incógnitas, levando a novas e profundas introspeções, quase sempre negativas, sobre a identidade nacional.

No campo do *sport* (a terminologia desportiva, de origem inglesa, manteve-se nos anos 1920 e durante uma parte da década de 1930, adotando-se depois a palavra portuguesa “desporto”), os editoriais dos jornais desportivos passaram a refletir essa mesma indefinição política. Na semana seguinte ao golpe militar, na edição de 04 de junho, uma das principais publicações desportivas portuguesas, a revista *Sporting*, publicou o artigo “O momento político e o sport”, em que deixava em evidência essa mesma preocupação: “Mais uma revolução acaba de modificar por completo a direção política da nossa terra, não se sabendo ainda, o que seguirá”.

O que se seguiu, pouco tempo depois, foi a imposição da Censura Prévia à imprensa, “assumida diretamente pelos militares que chamaram a si, desde a primeira hora, a responsabilidade da organização e direção dos Serviços e execução das respetivas tarefas censórias”, as quais executavam através das comissões instaladas nos Comandos da Guarda Nacional Republicana e nos Governos Civis. Mas o seu funcionamento inicial começou por ser

muito deficiente e “os critérios de aplicação da lei sobre o exercício do direito de liberdade de imprensa, entretanto promulgada (Decreto nº 12.008 de 02 de Agosto de 1926), careciam de uniformidade”, gerando forte contestação entre a classe jornalística, situação que só começaria a ser resolvida em setembro de 1926, com uma série de medidas para uniformizar os serviços de Censura em todo o país.

Uma das figuras mais relevantes do desporto português na primeira metade do século XX, ocupando múltiplos cargos e facetas: futebolista, dirigente, primeiro capitão da seleção nacional de futebol, selecionador nacional de futebol, jornalista e diretor de jornais, treinador de futebol, entre outros (cf. SERPA. Cândido de Oliveira – uma biografia).

A totalidade dos jornais desportivos passou a apresentar, frequentemente na capa, outras vezes em páginas interiores, a nota: **“Visado pela Comissão de Censura”**. Mas era consensual entre os jornalistas desportivos que a atividade diária da imprensa periódica desportiva não seria muito afetada pela Censura, já que o jornalismo desportivo não era considerado prioritário, nem ideologicamente perigoso, para o censor. Em 02 de julho de 1926, o editorial “Duas figuras”, publicado na primeira página do principal jornal desportivo português, *Os Sports*, dirigido por Cândido de Oliveira, afirmava que as resoluções políticas do novo governo nada interessavam ao jornal, sabido como era que “todos os jornais de desporto são neutros em matéria política”. E reforçava a ideia, lembrando que “em desporto não há política” e por isso mesmo: as convulsões políticas da nossa terra não prendem grandemente a atenção da massa desportista. Somos assim, os desportistas, uma força organizada e orientada noutro sentido... E felizmente que assim é. No dia em que os desportistas se agruparem ou se distinguirem uns dos outros pelo credo político que professam, ter-se-á perdido o desporto.

No entanto, a indefinição e desorganização dos serviços de Censura durante os primeiros meses acarretariam alguns problemas aos jornais desportivos. Uma das primeiras publicações a ser vítima desse período de reajustamento foi o *Sport do Funchal*, em atividade desde 1923. A direção do jornal e os serviços de Censura madeirenses entraram em rota de colisão, em outubro de 1926, quanto à hora do jornal ir ao censor. Como o *Sport do Funchal* era um semanário que saía às quartas-feiras à tarde, entendia a direção do periódico que este deveria ir ao censor na manhã, ou ao início da tarde, do dia de publicação, tal como sucedia com os jornais da tarde

editados em Lisboa, casos do *Diário da Tarde*, *A Capital* e *Diário de Lisboa*. Mas os serviços de Censura do Funchal queriam apenas vê-lo à noite (o que era normal suceder quando se tratava de um matutino, casos de *O Século* e *Diário de Notícias*), o que determinava mudar o dia de publicação para a quinta-feira, algo inadmissível para a direção do jornal, que sempre saíra à quarta-feira. Na edição de 13 de outubro de 1926, no editorial “Um facto lamentável”, publicado na capa, a direção do *Sport do Funchal* queixava-se da atitude incompreensível dos censores e sublinhava o facto do jornal nada ter a censurar, “devido ao seu carácter meramente desportivo”. Deste modo, “a sua visagem é simplesmente um pró-forma” e assim “o deviam entender todos os censores”. Só que não era esse o entendimento dos censores e, no número seguinte, de 27 de outubro, continuaram os lamentos, com o jornal a afirmar, no editorial intitulado “Atitudes que não se compreendem”, que a Censura continuava “disposta a prejudicar-nos, recusando-se a visar o nosso jornal às horas apropriadas.” Fazia também um desabafo: “Não sabemos porquê, a nossa humilde e inofensiva gazeta conseguiu concitar contra si a hostilidade dos srs. censores. E o que é mais curioso é que essa hostilidade não se manifesta no corte deste ou daquele artigo, na supressão desta ou daquela local – o Sport do Funchal, como órgão desportivo, nada tem que censurar – mas sim na alteração do dia normal da sua publicação.”

A este desabafo seguiram-se algumas reflexões afrontosas aos censores:

Publicando-se o nosso jornal à quarta-feira, de tarde, os srs. censores querem – vejam os leitores o despautério – que ele vá à censura às 8 horas da noite desse mesmo dia! É o absurdo a sobrepor-se à razão, o dislate a sufocar o bom senso, a falta de raciocínio a impor leis e a determinar um mau ambiente contra a forma como a censura é exercida entre nós.

O braço-de-ferro acabaria por se resolver nas semanas seguintes, mas começava assim a desenhar-se uma relação difícil entre a imprensa desportiva e os censores, que utilizavam, para identificar as zonas de corte nos textos, um lápis azul, símbolo com que se iria retratar a ação da Censura, como retratou o filme *Lápis azul*, de Rafael Antunes (2012).

“VERMELHOS” PASSAM A “ENCARNADOS”

Na segunda metade dos anos 1930, derivado da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), a Censura atuou ao nível da terminologia desportiva, dando indicação à imprensa para substituir o tradicional termo “vermelhos” por “encarnados”, sempre que se quisessem referir os jogadores e adeptos do SL Benfica (equipava de vermelho e branco), evitando assim as conotações com o lado comunista (apelidados de “rojos” em espanhol e “vermelhos” na versão portuguesa) que combatia em Espanha. A imprensa desportiva seguiu à risca essa indicação e em 1938 a designação “encarnados” substituiu definitivamente o termo “vermelhos”, que deixou de aparecer na imprensa desportiva como sinónimo dos benfiquistas. O futebol, dominador da narrativa desportiva popular e jornalística, acabou por ser o desporto mais censurado em Portugal, a exemplo do que sucederia em Espanha, após a instauração da Censura por parte do regime franquista.

A SAUDAÇÃO NAZI DA SELEÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL E O HINO DO BENFICA

Em 1938, o principal caso de Censura na imprensa desportiva portuguesa teria como protagonistas, a 30 de janeiro, três futebolistas internacionais (todos do CF Os Belenenses), antes do início do jogo Portugal-Espanha, realizado no Campo das Salésias, em Lisboa. O trio formado por Mariano Amaro, José Simões e Artur Quaresma decidiu romper o protocolo da tradicional saudação fascista, com dois deles (Amaro e Simões) a estenderem o braço, mas em vez de estenderem a mão, cerram-na em punho, e o outro (Quaresma) nem sequer levantou o braço. O momento foi captado por vários fotógrafos presentes no campo, mas a fotografia não foi publicada, na sua versão original, em nenhum periódico, exceto pela revista *Stadium*, que faria uma série de retoques na imagem (incentivada ou por imposição dos serviços de Censura), publicando-a em 02 de fevereiro de 1938, tendo modificado os punhos de Amaro e Simões de forma a parecerem estar de mão estendida, tentando assim ludibriar os leitores, principalmente aqueles que tinham ouvido contar o episódio pelos adeptos presentes no campo. A notícia da prisão dos três jogadores foi igualmente censurada, bem como as reivindicações subjacentes ao seu gesto (exigiam melhores condições financeiras à Federação Portuguesa de Futebol e aos clubes, no tratamento aos futebolistas portugueses) de forma a evitar mais polémicas à volta do tema, que ficaria encerrado pouco depois com a libertação dos

=====

jogadores, alvos de uma severa repreensão pela PVDE (polícia política do regime, com a designação de Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, criada em 1933).

Pouco tempo depois, em 1942, a Censura iria interferir com o hino de um dos clubes mais populares em Portugal, o SL Benfica, devido à índole política do título adotado: “Avante – Avante, Benfica”. Avante era também o título do jornal do Partido Comunista Português, criado em inícios dos anos 1930 e uma das vozes contestatárias do regime salazarista, sendo por isso o hino proibido.

A Censura Prévia manteve-se atenta aos jornais desportivos, castigando severamente transgressões às diretrizes impostas. Em janeiro de 1944, o *Correio Desportivo*, do Funchal, seria alvo de um Processo Disciplinar (nº 223) por parte dos Serviços de Censura, que desembocaria numa suspensão temporária. Na origem da sanção esteve o facto da edição 338 do jornal, de 15 de janeiro de 1944, ter saído sem os devidos cortes feitos pela Delegação do Funchal dos Serviços de Censura, infringindo o artigo 30 do Regulamento dos Serviços de Censura. O periódico foi imediatamente suspenso e o caso encaminhado para a Direção dos Serviços de Censura, em Lisboa (...)

O cadastro do jornal, até então limpo (desde 1926 que se publicava), foi argumento atenuante, levantando-se a suspensão em 28 de janeiro de 1944. Nos anos seguintes, o *Correio Desportivo* não teria mais casos como este, apresentando uma linha editorial próxima do regime e da figura de Salazar. **Claramente, a intimidação provocada pela Censura teve os seus resultados, gerando aquilo que o investigador espanhol Alejandro Serrano caracterizou (para o período franquista, mas que se aplica também ao caso português) como “uma severa autocensura dos redatores desportivos, que se impunha devido à necessidade de sobrevivência”.** O *Correio Desportivo*, do Funchal, integrava o núcleo central da imprensa desportiva portuguesa em meados dos anos 1940, sofrendo, por isso mesmo, um controlo, por vezes apertado, dos serviços da Censura Prévia.

MULTAS E SUSPENSÕES

Em meados da década de 1940, as duas principais publicações desportivas multadas pelos Serviços de Censura seriam *A Bola* e *O Norte Desportivo*. O primeiro destes títulos viu aberto, em setembro de 1945, o Processo nº 41713 nos Serviços de Censura, sofrendo

nesse mês uma multa de 500 escudos “por não acatar um corte” feito por esses serviços. Pior sanção teria em março de 1946, após ser acusado de publicar “matéria não abrangida pela circular 238”, no número 121, de 25 de março de 1946.

Na origem do desentendimento entre *A Bola* e os Serviços de Censura estiveram dois artigos, um de Carlos Correia e o outro de Cândido de Oliveira, sobre um jogo de futebol entre um grupo de marinheiros ingleses e um misto português (formado por vários jogadores da seleção nacional de futebol), realizado no Estádio Nacional, em 24 de março de 1946. Num tom irónico, os dois textos, publicados na página cinco, acusavam a Federação Portuguesa de Futebol de incompetência, uma vez que a equipa inglesa era muito fraca (perdeu por 11-1), não merecendo a ida ao estádio de milhares de adeptos, nem os elevados preços dos bilhetes, nem a paragem do Campeonato Nacional da I Divisão para a realização do jogo – o próprio *Diário de Notícias* partilhou dessa opinião nas edições de 18 e 25 de março. No dia seguinte à publicação de *A Bola*, o subdiretor dos Serviços da Censura, Mário Baptista Coelho, enviou uma carta à direção do jornal desportivo, na qual pedia com urgência o envio dos originais publicados, lamentando também o “tom irónico, injustificado e deselegante” com que haviam sido “tratados estrangeiros que se encontram em Portugal em transcendente missão diplomática”.

Nesse mesmo dia, o diretor de *A Bola*, Álvaro de Andrade, enviou uma carta de resposta, em que lembrou aos Serviços de Censura que desde a publicação da Circular nº 238, de 11 de outubro de 1945, os jornais desportivos estavam dispensados de enviar à Censura Prévia “os relatos, as reportagens e as apreciações críticas dos acontecimentos desportivos e, desde essa data, não mais voltaram a ser enviadas as provas a granel” a esses serviços, os quais “concordaram sempre com este procedimento”.

Além disso, afirmava que não tinha havido “o menor propósito de tratar com menos elegância os simpáticos jogadores ingleses”, nem “havia a intenção de ferir de qualquer modo os nossos ilustres visitantes”, sendo apenas um o visado pelas críticas e a ironia: a Federação Portuguesa de Futebol. Apesar dos argumentos, *A Bola* seria punida com “a pena de suspensão, por 30 dias, por infracção de determinações dos Serviços de Censura”, numa resolução tomada no dia 26 de março de 1946 e assinada pelo diretor dos Serviços de Censura, o tenente-coronel Armando Larcher, que justificou a punição pelo facto de *A Bola* não ter tido em consideração

que o jogo fazia parte do “programa oficial das homenagens à esquadra britânica, cuja visita tem um indiscutível carácter de prestígio para Portugal” e por não ter compreendido “o seu claro significado nacional”.

Obviamente que a suspensão desagradou profundamente à direção de *A Bola* que no dia 29 de março endereçou a Armando Larcher uma nova carta (com três páginas dactilografadas) em que deixava claro não ter havido qualquer “motivo político” nos dois artigos, tentando dessa forma atenuar aquilo que considerava um “severo castigo” de 30 dias de suspensão. Larcher, embora recetivo e compreensivo com os argumentos de *A Bola*, manteve a suspensão, o que causou bastante perturbação na Redação do jornal, que apesar dos ordenados em atraso, manteve-se unida, voltando a publicar-se assim que a suspensão terminou, em finais de abril de 1946. Após este controverso episódio, *A Bola* estaria até maio de 1950 sem incidentes com os Serviços de Censura, sofrendo nesse mês uma multa de mil escudos (cada exemplar custava um escudo) por não ter respeitado um corte na edição de 11 de maio de 1950.

A outra publicação a ter problemas recorrentes com a Censura foi *O Norte Desportivo*, sediado no Porto. O seu processo nos Serviços de Censura tinha o número 24123 e entre março de 1946 e novembro de 1947 o cadastro teve quatro entradas devido à recorrente publicação de “matéria sem enviar à censura”, sendo unicamente sancionado por uma vez, com uma multa de 300 escudos (das outras vezes recebeu somente um aviso). Mas a tolerância dos Serviços de Censura terminaria em 1952, ano em que puniu o jornal dirigido por Alves Teixeira com duas multas de valor considerável para a época, a primeira de dois mil escudos (em fevereiro) e a segunda de três mil escudos (em novembro), ambas por publicar artigos sem os submeter à Censura Prévia – o jornal alegaria impossibilidade de enviar esses artigos à Censura devido ao adiantado da hora em que foram concluídos.

(...)

Em Lisboa, por exemplo, foram inaugurados o Estádio Nacional (1944), o Estádio da Tapadinha (do Atlético CP, em 1945), o Estádio Pina Manique (Casa Pia AC, em 1954), o Estádio da Luz (SL Benfica, em 1954), Estádio José Alvalade (Sporting CP, em 1956) e Estádio do Restelo (CF Belenenses, em 1956); em Braga foi edificado o Estádio 28 de Maio (SC Braga, em 1950); e no Porto, o Estádio das Antas (FC Porto, em 1952). Todos estes estádios foram vistos como um exemplo da boa relação entre o meio desportivo e o político,

=====
dando origem à exaltação mediática do Estado Novo e das suas principais figuras.

A aparente simbiose entre a imprensa desportiva e o mundo da política tinha uma óbvia correlação com o facto dos jornais estarem, a nível editorial e organizativo, dependentes de os Serviços de Censura, que tinham o poder de suspender temporária ou definitivamente qualquer publicação periódica. Não foi acidental o facto do *Correio Desportivo*, do Funchal, após uma breve suspensão, imposta pela Censura, em janeiro de 1944, ter passado a publicar regularmente artigos de exaltação a Salazar e ao Estado Novo.

Em meados da década de 1950, os quatro jornais desportivos de referência em Portugal – *A Bola*, *Mundo Desportivo*, *O Norte Desportivo* e *Record* – estariam envolvidos em problemas com os Serviços de Censura, que nesta altura catalogavam os jornais desportivos no âmbito da “Classificação I – De Educação Física e Desportos”. A maioria dos “processos disciplinares” (terminologia utilizada pelos serviços) instaurados a estes quatro periódicos relacionou-se com três tipos de infrações comuns:

1. A publicação de “matéria não submetida à apreciação dos Serviços de Censura”.
2. O não cumprimento, total ou parcial, dos “cortes” feitos pela Censura.
3. A publicação de conteúdos desportivos, considerados problemáticos, após a indicação da Censura para o não fazer.

As punições eram habitualmente leves, não passando de repreensões por escrito, ou, nos casos mais graves, aplicavam-se multas de 500 escudos. Nas transgressões mais sérias, como sucedeu com o *Correio Desportivo* em 1944 ou *A Bola* em 1946, a punição podia passar por uma suspensão temporária ou definitiva do periódico, dependendo da gravidade da infração, do cadastro da publicação e das atenuantes e justificações apresentadas pelo infrator.

MEDIDAS PUNITIVAS

A ação da Censura sobre os principais jornais desportivos fez-se sentir de uma forma intensa e constante nos anos 1950, com a abertura regular de “processos disciplinares” aos periódicos. Entre 1954 e 1960, por exemplo, os quatro jornais desportivos de referência (*A Bola*, *Mundo Desportivo*, *O Norte Desportivo* e *Record*) sofreram um total de 15 “punições” pelos serviços de Censura. A

=====

Bola, com seis registos, foi a publicação mais visada, seguindo-se *O Norte Desportivo* com cinco ocorrências, e o *Mundo Desportivo e Record*, com duas “punições” cada.

Os seis registos de ocorrências de *A Bola* verificaram-se entre 1955 e 1958, com somente dois deles a terem uma punição pesada, com o pagamento de 500 escudos, cada um. A primeira destas multas, de março de 1956, deveu-se à publicação na edição nº 1.453, do dia 17, de “matéria que não submeteu à censura prévia, nos termos do determinado na Circular destes Serviços, de 16 de fevereiro último”. Em agosto desse mesmo ano, nova multa de 500 escudos por ter publicado no número 1.518, de dia 16, “matéria que não submeteu à apreciação dos Serviços de Censura, não obstante ter sido informado de que não estava dispensado de o fazer”.

Nos outros quatro casos que envolveram *A Bola*, dois deles relacionaram-se com a publicação de artigos sem os submeter à Censura Prévia, em setembro de 1955 e abril de 1958, e os outros dois foram relativos ao não cumprimento integral de “cortes” indicados pelos censores, em setembro de 1957 e novembro de 1958. Estas últimas quatro ocorrências não tiveram consequências práticas, somente ficaram “registadas”, sendo “relevada a falta”, mas o despacho de novembro de 1958 deixava o aviso ao jornal: “em caso de reincidência passará ao regime de prova de página”.

Muito visado pela Censura foi igualmente *O Norte Desportivo*, principal jornal desportivo do Porto. Entre 1954 e 1960, contou com cinco ocorrências, três delas com pagamento de multas de 500 escudos. A primeira destas punições pecuniárias foi em fevereiro de 1954, quando o jornal não respeitou “os cortes feitos pela Comissão de Censura do Porto, em 4 do corrente, no artigo intitulado ‘Homenagem a Nuno Simões’, artigo aliás contendo matéria fora das características do jornal (especialmente de assuntos de desporto e algumas notícias de cinema e teatro), falta em que é contumaz”. Em dezembro de 1955 e março de 1956, o jornal voltaria a pagar novas multas de 500 escudos, devido à publicação de dois artigos controversos sem os “ter submetido a censura prévia”. Mais benévolas seriam as punições de fevereiro de 1957 e agosto de 1960, em que seriam “reveladas” as faltas pela publicação de artigos polémicos sem terem sido submetidos à Censura.

Apesar dos Serviços de Censura, muitas vezes, “relevarem” (anularem) as “faltas” dos jornais (não lhes atribuindo multas

pecuniárias ou outras sanções), ficava a indicação de que havia sido “chamada a atenção do jornal”, para efeitos de Cadastro do mesmo. Foi o que sucedeu em outubro de 1955 com o *Mundo Desportivo*, por não ter enviado “a censura prévia, provas referentes ao nº 1.653”.

Faria o mesmo em março de 1956, publicando “matéria” sem a submeter à Censura Prévia (não seguindo as diretrizes da nova Circular nº 287 dos Serviços de Censura, de 16 de fevereiro de 1956), motivando uma multa de 500 escudos. Este seria também o valor da multa paga pelo *Record* em agosto de 1958, por não respeitar “um corte” da Censura num artigo publicado no dia 16. No ano anterior, em novembro, o jornal havia pago 400 escudos “por não ter submetido a censura prévia as provas referentes ao nº 658” e por ter publicado “à margem da censura, os números 662 e 663”.

Estas medidas teriam o condão de refrear alguns destes títulos nos seus intuitos de contornar os Serviços de Censura, nas décadas seguintes. O *Norte Desportivo* e *Record* não voltariam a registar infrações ao longo dos anos 1960, ao invés do *Mundo Desportivo* e *A Bola*, que viriam a sofrer novas medidas cautelares por parte da Censura. A pior dessas medidas seria a suspensão de edição, aplicada ao *Mundo Desportivo* a 1 de março de 1965, por ter utilizado na sua primeira página, de 26 de fevereiro de 1965, “expressões ofensivas para um país amigo”.

Com uma tiragem média superior a 20 mil exemplares, a suspensão de um número do *Mundo Desportivo* tinha efeitos bastante negativos no jornal. Tudo isto numa altura em que os jornais desportivos dependiam totalmente da aprovação, por parte do presidente da Comissão de Censura à Imprensa, de qualquer género de mudança no periódico, quer ao nível diretivo, quer de periodicidade, tiragem, grafismo ou edição de números especiais.

A Censura exercia, assim, um controlo (quase) total sobre estes periódicos, tendo inclusivamente o poder de os suspender em definitivo ou temporariamente, como foram os casos de *A Bola*, em 1946, ou o *Mundo Desportivo*, em 1965.

AS LUTAS QUE ANTECEDERAM O 25 DE ABRIL

Importa referir, antes de mais, que nenhum regime totalitário, autocrático e de cariz fascista abre mão dos seus privilégios e entrega o poder a terceiros, sem luta e sem ser obrigado pela força das armas dos seus opositores. Em Portugal também não foi diferente.

Efetivamente, a luta pela libertação do País, do regime fascista, iniciado com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, começou imediatamente após a implantação desse regime ditatorial. Foram muitas as lutas e as ações que foram desencadeadas um pouco por todo o País, para que o 25 de Abril de 1974 pudesse ter o êxito que efetivamente teve.

Vejamos alguns factos!

A Ditadura Militar teve início formal com a publicação, em 16 de Novembro de 1926, de um decreto ditatorial que nomeou, interinamente, o General Carmona, para presidente da República. Após a dissolução do parlamento, os militares ocuparam as principais posições nos órgãos de Governo e da Administração.

Devido a uma forte repressão policial que de imediato se verificou, esse facto teve o condão de unir os partidos que antes lutavam entre si. Estes partidos resolveram mostrar o seu descontentamento, enviando, em Janeiro de 1927, uma declaração conjunta às embaixadas dos Estados Unidos, Inglaterra e França, informando que não reconheceriam qualquer ato financeiro efetuado pelo Estado português sem a aprovação do Congresso.

Como represália a estas atitudes dos partidos, aqueles que assinaram a declaração foram presos e enviados para Cabo Verde, sem direito a julgamento.

Revoltas a Favor e Contra o Novo Regime!

A 17 de Junho de 1926 dá-se um Golpe de Estado liderado por Gomes da Costa, contra Mendes Cabeçadas. É criada a Polícia de Segurança Pública, depois de uma reestruturação dos Corpos de Polícia Cívica de Lisboa e Porto.

A 22 de junho de 1926 é estabelecida a censura à Imprensa. A Polícia Cívica impõe regras de liberdade de expressão aos jornais, facto que se irá manter até ao 25 de abril de 1974.

A 11 de Setembro de 1926, dá-se uma primeira tentativa de revolta em Chaves, por parte dos militares, liderada pelo Capitão Alfredo Chaves. A 8 de Outubro, nova tentativa de golpe fracassada, liderada desta vez pelo Coronel João de Almeida, fiel a Gomes da Costa, e que pretendia derrubar Carmona.

Nos primeiros dias do mês de Fevereiro de 1927, verificaram-se revoltas militares e civis, no Porto e Lisboa. As sedes do PCP são encerradas nestas duas cidades e o Partido está a um passo de ser ilegalizado.

A 3 de Fevereiro de 1927, nova revolta contra o Governo. Trata-se, desta vez, de uma revolta militar e civil da esquerda republicana, contra a Ditadura instituída, a qual teve lugar na cidade do Porto, liderada pelo General Sousa Dias.

A 7 de Fevereiro de 1927, poucos dias mais tarde, portanto, a mesma revolta ocorre em Lisboa, comandada pelo Tenente da Armada, Agatão Lança. Ambas as revoltas foram fortemente reprimidas pelas forças do Governo, causando centenas de mortos e feridos. Outras centenas de revoltosos são presos e enviados para os Açores, Madeira, Guiné, Cabo Verde e Angola. Estes acontecimentos deram origem à criação de várias organizações de apoio à Ditadura, como a Confederação Académica da União Nacional e a Milícia Lusitana.

A 16 de Fevereiro 1927 foi criação da Liga de Defesa da República (Liga de Paris).

Em Agosto de 1927, alguns meses mais tarde, portanto, dá-se uma nova revolta, levada a cabo por membros do Integralismo Lusitano, na qual participaram Filomeno da Câmara, Fidelino de Figueiredo, Henrique Galvão, Alfredo de Morais Sarmiento, David

Neto e António Ferro. Esta tentativa esteve, igualmente, votada ao fracasso.

Também a partir do estrangeiro se faziam esforços por derrubar o regime ditatorial, nomeadamente de Paris. Nesta cidade francesa, é organizada a Liga de Paris.

A 01 de Novembro de 1927 é ilegalizada a Confederação Geral do Trabalho.

A 01 de Dezembro de 1927 verifica-se uma grande Manifestação de Estudantes, em Lisboa, contra o regime.

O sistema de ensino primário sofre alterações, sendo reduzido de seis para quatro anos.

A 17 de Março de 1928 é criada a Polícia de Informação do Ministério do Interior.

Um regime fascista, sanguinário e ditatorial como aquele que reinou em Portugal durante 48 anos, só podia ser deposto pela força das armas e pela luta dos democratas, ou seja, por todos aqueles que se opunham à ditadura fascista que aterrorizava, massacrava e atormentava o Povo e o País.

O 25 DE ABRIL DE 1974

No dia 24 de Abril de 1974, às 22 horas e 55 minutos, através dos **Emissores Associados de Lisboa, que emitiam a partir do Rádio Clube Português**, é posta no ar a primeira senha, a canção “E Depois do Adeus”, interpretada por Paulo de Carvalho, que nesse mesmo ano de 1974 tinha ganho o Festival da Canção da RTP. Esta senha destinava-se a lançar o alerta para as forças do Movimento das Forças Armadas (MFA), anunciando que o Golpe de Estado programado estava em marcha.

A transmissão da senha através dos Emissores Associados de Lisboa era, no entanto, muito limitada, porque os Emissores do Rádio

Clube Português eram demasiado fracos, sendo sintonizados apenas em Lisboa.

Tornou-se, por isso necessário encontrar um emissor complementar mais potente que permitisse que a senha era captada em todo o País. A escolha recaiu sobre os potentes Emissoras da Rádio Renascença, onde **às zero horas, 20 minutos e 19 segundos, do dia 25 de Abril de 1974**, é ouvida a **canção do Zeca Afonso “Grândola Vila Morena”**, que dá o sinal de preparação para a saída dos quartéis dos militares revoltosos. A saída estava prevista para as 3 horas da manhã desse dia.

Refira-se, no entanto, que a primeira canção escolhida pelo Comando do MFA para servir de senha, não foi a Grândola do Zeca Afonso, mas sim a canção “Venham Mais Cinco”, também do Zeca. Mas esta canção, estando, embora, autorizada pela censura oficial, estava, todavia, proibida pela censura interna da Rádio Renascença; razão porque foi escolhida, num segundo momento, a Grândola.

À hora prevista, as forças militares revoltosas saem dos quartéis e tomam posição junto dos objetivos que lhes estavam designados.

Uma força da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, comandada pelo Capitão Salgueiro Maia, ocupa o Terreiro do Paço, cerca todos os Ministérios e controla o Banco de Portugal e a Rádio Marconi, Empresa por onde passavam, praticamente, todas as Comunicações Internacionais. Estavam dados os primeiros passos para pôr termo a uma ditadura de 48 anos e ao restabelecimento das liberdades democráticas, liberdades de expressão, liberdades de reunião, liberdades de comunicação, liberdades nos espetáculos musicais e teatrais, liberdade para erradicar a censura da sociedade portuguesa e acabar com as perseguições políticas.

Importa gravar, uma vez mais, na memória de todos que nenhum regime ditatorial e opressivo abdica do seu poder voluntariamente. Só deixa o poder pela força das armas, depois de perceber que do outro lado, as forças opositoras são mais poderosas e estão em condições de esmagar e reduzir a cinzas os seus lacaios e fiéis

servidores. Com o regime fascista português também não foi diferente.

Na realidade, se é verdade que, praticamente, não foi necessário disparar tiros sobre ninguém é, no entanto, necessário referir que isso só aconteceu porque o Golpe Militar foi preparado de forma tão meticulosa, pormenorizada e espetacular que não deu qualquer hipótese de resistência às poucas forças militares que se mantiveram fiéis ao regime fascista. Mas estas tentaram, embora sem qualquer sucesso.

Vejamos os acontecimentos do glorioso dia 25 de Abril de 1974:

Às 3 horas da manhã forças do MFA ocupam o Quartel General da Região Militar do Porto e às 4 horas e 30 minutos o Chefe do Estado Maior do Quartel General da Região Militar do Porto, Coronel Ramos de Freitas, foi detido por forças do MFA. Mas às 5 horas e 27 minutos o Ministro do Exército, General Andrade e Silva, ordena ao Regimento de Infantaria 6, do Porto, que liberte o Quartel General daquela região. Sem sucesso, porque aquela unidade militar aderira ao Golpe.

Às 5 horas e 55 minutos as tropas de Salgueiro Maia chegam à Baixa de Lisboa e ocupam o Terreiro do Paço. No Terreiro do Paço situavam-se praticamente todos os Ministérios do Regime e nas proximidades situava-se a sede do Banco de Portugal e da Rádio Marconi, por onde passavam todas as comunicações com o exterior. Todos estes objetivos foram cercados e controlados pelas forças de Salgueiro Maia.

Às 6 horas e 5 minutos uma coluna de carros de combate oriunda do Regimento de Cavalaria 7 e do Regimento de Lanceiros 2, ambos sediados na Calçada da Ajuda, em Lisboa, chegaram ao Terreiro do Paço, com ordens para defender o Ministério do Exército. Os Comandantes desta Coluna aderiram de imediato ao golpe e colocaram-se às ordens de Salgueiro Maia.

Às 6 horas e 30 minutos, o Estado Maior General da Força Aérea ordena que o Regimento de Caçadores Para-quedistas avance contra as forças rebeldes, mas o Comandante dos Para-quedistas tinha dado a sua palavra a Otelo Saraiva de Carvalho de que manteria a sua neutralidade, pelo que ignorou a ordem recebida e manteve a palavra dada. Ou seja, os Para-quedistas não saíram do Quartel.

Mas às 6 horas e 45 minutos foi, efetivamente, lançada uma contraofensiva por parte das tropas fiéis ao Governo, composta por cinco carros de combate e autometralhadoras que saíram da Calçada da Ajuda em direção ao Terreiro do Paço, com o objetivo de arrasar as forças de Salgueiro Maia aí estacionadas. Liderava esta coluna militar, o Brigadeiro Junqueira dos Reis, acompanhado pelo Coronel Romeiras Júnior, pelo Tenente-Coronel Ferrand de Almeida e pelo Major Pato Anselmo.

Esta contraofensiva foi, ainda, auxiliada por uma força da GNR, à qual o Ministro do Exército, General Andrade e Silva, deu ordem para se dirigir para o Campo das Cebolas, donde deveria atacar as tropas de Salgueiro Maia.

Do Regimento de Lanceiros 2 saiu uma força militar comandada pelo Tenente Ravasco, com o objetivo de libertar o Quartel General da Região Militar de Lisboa. No entanto, quando se aproximou do objetivo que pretendia libertar e percebeu que as tropas que o ocupavam não estavam para brincadeiras, recuou para a Praça de Espanha sem esboçar qualquer ataque.

Às 7 horas e 10 minutos dá-se no Terreiro do Paço a primeira confrontação entre as tropas do MFA e uma outra coluna militar afeta ao Governo, comandada pelo Tenente Coronel Ferrand de Almeida. Do lado da Ribeira das Naus surgiu, junto ao Terreiro do Paço, uma coluna de blindados pronta para disparar sobre as tropas de Salgueiro Maia. No entanto, após alguns minutos de tensão, o Comandante desta força militar acabaria por ser detido por Salgueiro Maia.

Às 8 horas e 15 minutos, uma coluna da GNR estacionada no Campo das Cebolas faz uma tímida tentativa de avançar contra

as tropas que ocupavam o Terreiro do Paço. No entanto, Salgueiro Maia dirigiu-se ao Comandante daquela coluna e disse-lhe: você não tem poder de fogo para me enfrentar, por isso aconselho-o a desmobilizar os seus homens e regressarem ao quartel donde vieram. O Oficial em questão aceitou a recomendação e decidiu retirar-se.

Às 9 horas a Fragata Almirante Gago Coutinho, comandada pelo Capitão de Fragata Seixas Louçã, estacionou no Tejo frente ao Terreiro do Paço, pronta para disparar. Tinha, de facto, recebido ordens do Vice-Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante Jaime Lopes, para abrir fogo. No entanto, junto ao Cristo Rei de Almada encontrava-se estacionada uma poderosa força de Artilharia, oriunda da Escola Prática de Artilharia, aquartelada em Vendas Novas, que recebe ordens do Comando do MFA para afundar a Fragata se a partir dela fosse disparado o primeiro tiro. Quando este aviso chegou ao Comandante da Fragata, esta ganha velocidade e só parou no Alfeite, não voltando a ser vista.

Às 9 horas e 35 minutos chega ao Terreiro do Paço uma Coluna Militar afeta ao regime, constituída por 4 carros de combate dos mais modernos (M47) e comandada pelo Brigadeiro Junqueira dos Reis, Segundo Comandante da Região Militar de Lisboa, a quem tinham sido concedidos plenos poderes para atacar as tropas revoltosas que ocupavam o Terreiro do Paço.

O Tenente Alfredo Assunção, das forças de Salgueiro Maia, faz uma tentativa de negociação com o Brigadeiro Junqueira dos Reis, mas este tirano fascista agride o emissário com três murros, ao mesmo tempo que manda abrir fogo sobre ele, não tendo, no entanto, sido obedecido. Entretanto, dois dos carros de combate da coluna afeta ao regime passaram-se para o lado das tropas revoltosas.

Às 10 horas e 45 minutos os dois blindados M47 ainda afetos ao regime recebem ordens para disparar contra as tropas de Salgueiro Maia, mas ninguém cumpre as ordens transmitidas. Salgueiro Maia consegue dialogar com os militares do regime que viraram as peças de fogo para o lado em sinal de rendição, passando-se de seguida para o lado de Salgueiro Maia. O Brigadeiro

Junqueira dos Reis é obrigado a abandonar o local e regressar ao quartel donde tinha saído.

Às 11 horas e 30 minutos as tropas de Salgueiro Maia saem do Terreiro do Paço em direção ao Quartel do Carmo, onde estava sediado o Comando Geral da GNR e onde se encontravam refugiados o Chefe do Governo, Marcelo Caetano, e outros membros o Governo. No percurso, uma Companhia do Regimento de Infantaria 1, da Amadora, tentou barrar o caminho à coluna de Salgueiro Maia, mas as tropas daquela Companhia acabaram por passar para o lado das tropas revoltosas.

Às 14 horas e 30 minutos Otelo Saraiva de Carvalho, do Posto de Comando do MFA, telefona ao Chefe do Estado Maior da GNR, Coronel Ângelo Ferrari, e tenta convencê-lo a render-se e a entregar Marcelo Caetano. Ângelo Ferrari garante, mentindo, que o Chefe do Governo não se encontra lá.

De seguida, Otelo, ordena a Salgueiro Maia que faça um ultimato aos sitiados para se renderem.

Às 15 horas muitos cidadãos concentraram-se junto à sede da PIDE-DGS, na Rua António Maria Cardoso. Alguns agentes daquela tenebrosa polícia política abriram fogo sobre os populares e fizeram vários feridos.

Às 15 horas e 10 minutos Salgueiro Maia faz um ultimato aos militares da GNR para que se rendam e entreguem Marcelo Caetano e os restantes membros do Governo que ali se encontram.

Às 15 horas e 30 minutos, esgotado o prazo para a rendição do Quartel do Carmo, Salgueiro Maia dá ordens para que seja disparada uma rajada de uma das autometralhadoras, sobre as janelas mais altas do Quartel, para que os ricochetes não atingissem ninguém dos populares ali concentrados.

Às 16 horas e 15 minutos, Salgueiro Maia manda instalar um grupo de atiradores no cimo das varandas do edifício da Companhia de Seguros Império, situado muito perto do Largo do Carmo, para daí fazerem fogo sobre o Quartel General da GNR.

Às 16 horas e 25 minutos, Salgueiro Maia, ordena a colocação de um blindado em posição de tiro, mas, ato contínuo chegaram ao local alguns mensageiros portadores de uma mensagem do General Spínola para Marcelo Caetana. Salgueiro Maia autorizou a entrada desses mensageiros no Quartel

Às 17 horas, Salgueiro Maia entra no Quartel e fala com Marcelo Caetano que pede a presença de um Oficial General a quem possa transmitir o poder.

Às 17 horas e 45 minutos, o General Spínola chega ao Largo do Carmo, mas só às 18 horas consegue entrar no Quartel do Carmo, acompanhado de Salgueiro Maia.

Importa referir, para que conste, que o General Spínola teve previamente conhecimento da existência do Movimento das Forças Armadas (MFA) e nos dias que antecederam o Golpe final, esteve sempre ao corrente de tudo o que se estava a passar, tendo, inclusivamente, aceitado analisar e discutir, previamente, um Projeto de Programa do MFA, em relação ao qual propôs algumas alterações, algumas das quais foram aceites pelo MFA. No entanto, quando lhe convinha, dizia que não tinha nada a ver com o golpe. E na primeira reunião da Junta de Salvação Nacional, à qual iria presidir, recusou-se a aceitar várias normas do Programa, designadamente, o fim imediato da guerra colonial. Disse mesmo ser necessário rever um Programa que antes tinha aceitado. Um dos membros do MFA presente nessa reunião, Vítor Crespo, viu-se obrigado a intervir e colocar Spínola no seu devido lugar, fazendo-lhe a seguinte advertência: “Os carros de combate e os Soldados ainda estão na rua, se for necessário o Golpe continua”.

Às 19 horas, Marcelo Caetano e os restantes membros do Governo que ali se encontravam sitiados, abandonam o Quartel do Carmo, conduzidos numa Chaimite, para o Posto de Comando do MFA. Seriam pouco depois, enviados para o “exílio” na Madeira.

Às 19 horas e 50 minutos, o MFA anuncia ao País a queda do Governo. No entanto,

Às 20 horas e 30 minutos, junto à sede da PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, agentes daquela polícia política abriram fogo sobre a multidão que ali se tinha concentrado, tendo causado quatro mortos e algumas dezenas de feridos.